



A história da educação artística no Brasil: Um breve estudo sobre políticas e práticas pedagógicas



<https://doi.org/10.56238/levv15n40-012>

Adelcio Machado Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Pós-Doutor pela UFSC

Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (UniARP)

E-mail: adelciomachado@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org.0000-0003-3916-972X>

Felipe Felisbino

Mestre em Auditorias Ambientais pela Universidad Europea del Atlántico da Espanha

Professor e Conselheiro do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

E-mail: felipefelisbino71@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org.0009-0007-4675-9273>

Daniel Tenconi

Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela UniARP

Federação das Indústrias e Comércio de Santa Catarina

E-mail: daniel.tenconi@sesisc.org.br

ORCID: <https://orcid.0009-0001-0470-8044>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a história da educação artística no Brasil, com foco nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas que caracterizaram esse campo ao longo dos anos, buscado ainda, discutir os desafios enfrentados pela área e as perspectivas futuras, considerando o contexto atual da educação no país. Como método de estudo foi realizada uma revisão bibliográfica em bases de dados como Scielo, Google Scholar, e periódicos especializados em educação e artes a partir das seguintes palavras-chave: "Educação Artística", "História da Educação no Brasil", "Políticas Educacionais", e "Práticas Pedagógicas". Observa-se que a história da educação artística no Brasil revela um campo marcado por desafios estruturais, desvalorização e uma trajetória de marginalização no contexto educacional, ao longo do tempo, com políticas públicas e reformas educacionais contribuiu para a consolidação da arte como um componente essencial na formação integral dos estudantes. Nesse sentido, a revisão bibliográfica evidenciou que a educação artística no Brasil tem enfrentado uma série de obstáculos, desde a falta de infraestrutura adequada.

Palavras-chave: Educação Artística, Políticas Públicas, Práticas Pedagógicas.



1 INTRODUÇÃO

A educação artística no Brasil desempenha um papel fundamental na formação integral dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. A arte, enquanto expressão cultural e veículo de comunicação, tem a capacidade de promover a reflexão crítica e a sensibilidade estética, elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais humanizada e inclusiva. Através da educação artística, os estudantes são estimulados a desenvolver a criatividade, a capacidade de inovação e a percepção de mundo, habilidades que são cada vez mais valorizadas em um contexto global marcado por rápidas transformações culturais e tecnológicas (Barbosa, 2002).

Nos últimos séculos, a trajetória da educação artística no Brasil foi marcada por diversas mudanças e adaptações, refletindo as dinâmicas sociais, culturais e políticas do país. Desde a chegada dos primeiros colonizadores, a arte e sua prática educativa foram influenciadas por diferentes correntes pedagógicas e políticas públicas, que ora fortaleceram, ora enfraqueceram a sua presença nos currículos escolares. A importância da educação artística, no entanto, tem sido progressivamente reconhecida em documentos oficiais e políticas educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que destaca a necessidade de uma formação ampla que inclua o ensino das artes em todas as etapas da educação básica (Brasil, 1996).

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender os caminhos percorridos pela educação artística no país, especialmente no que diz respeito às políticas educacionais e às práticas pedagógicas que moldaram o ensino das artes. Ao revisitar essa história, é possível identificar os desafios e avanços que influenciaram a consolidação da educação artística como um campo importante dentro do sistema educacional brasileiro. Além disso, este estudo oferece uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas adotadas ao longo do tempo e as políticas que as sustentaram, fornecendo subsídios para a formulação de estratégias educacionais mais eficazes no futuro (Fusari, 2009).

O principal objetivo deste artigo é analisar a história da educação artística no Brasil, com foco nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas que caracterizaram esse campo ao longo dos anos. Pretende-se, ainda, discutir os desafios enfrentados pela área e as perspectivas futuras, considerando o contexto atual da educação no país. Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma revisão bibliográfica em bases de dados como Scielo, Google Scholar, e periódicos especializados em educação e artes. As palavras-chave utilizadas para a busca foram: "Educação Artística", "História da Educação no Brasil", "Políticas Educacionais", e "Práticas Pedagógicas". Os critérios de inclusão consideraram artigos e livros publicados entre os anos 2000 e 2023, que abordassem de forma direta a temática da educação artística no Brasil. Excluíram-se materiais que não apresentavam relevância específica para o tema ou que tratassem de forma superficial o assunto.



2 A EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA

A educação artística no Brasil possui uma trajetória marcada por transformações significativas, refletindo as mudanças sociais, culturais e políticas do país. Os primeiros registros da educação artística remontam ao período colonial, quando as artes visuais eram ensinadas principalmente por ordens religiosas, como os jesuítas, que utilizavam a arte como ferramenta de evangelização e instrução moral. Essas práticas, no entanto, eram limitadas a um pequeno grupo da elite colonial, excluindo a maioria da população.

Com a chegada da Missão Artística Francesa em 1816, houve uma tentativa de institucionalizar o ensino das artes no Brasil, culminando na fundação da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) no Rio de Janeiro em 1826. A AIBA representou um marco importante para o ensino formal da arte, sendo influenciada pelos modelos europeus de ensino das artes visuais, com ênfase nas belas-arts tradicionais, como pintura, escultura e arquitetura (Braga, 2019).

No entanto, a educação artística só começou a ganhar espaço mais amplo no sistema educacional brasileiro no século XX, especialmente a partir da década de 1930, com a reforma educacional promovida por Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas. Essa reforma incluiu a educação artística como componente curricular obrigatório no ensino primário, buscando uma formação integral do indivíduo, alinhada aos ideais do movimento escolanovista (Nogueira, 2006).

A educação artística no Brasil passou por várias fases de regulamentação e reestruturação ao longo do tempo. Um marco importante foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, que pela primeira vez incorporou oficialmente a educação artística no currículo escolar. Essa inclusão foi reforçada pela LDB de 1971, que tornou a disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino, enfatizando o desenvolvimento estético e cultural dos alunos (Brasil, 1971).

Durante o regime militar, a educação artística foi fortemente influenciada por uma visão instrumentalista, onde as práticas artísticas eram utilizadas como meio para reforçar valores cívicos e morais, alinhados ao projeto político da época. Esse período também viu a criação do Movimento Escolinha de Arte, liderado por Augusto Rodrigues, que propunha uma abordagem mais livre e expressiva para o ensino da arte, em oposição ao modelo rígido e técnico predominante (Gusmão, 2012).

A Constituição Federal de 1988 representou outro avanço significativo, ao garantir a educação artística como parte fundamental do currículo escolar, promovendo o desenvolvimento cultural e a valorização das diversas manifestações artísticas brasileiras (Brasil, 1988). Esse movimento foi consolidado pela nova LDB de 1996, que reafirmou a importância da educação artística e ampliou o conceito para incluir outras formas de expressão além das artes visuais, como música, teatro e dança (Brasil, 1996).

Nos anos 2000, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, elaboradas pelo Ministério da Educação, ampliou ainda mais o escopo da educação artística, propondo uma abordagem interdisciplinar e multicultural. Essas diretrizes também destacaram a importância de uma educação artística que valorizasse as culturas locais e regionais, reconhecendo a diversidade cultural do Brasil (Ferreira, 2003).

Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, estabelece a educação artística como componente obrigatório desde a educação infantil até o ensino médio, com ênfase em diferentes linguagens artísticas e na formação crítica e criativa dos alunos (Brasil, 2017). Este marco representa a consolidação de uma longa trajetória de luta pela valorização da arte no currículo escolar, integrando-a de maneira mais efetiva no processo educacional brasileiro.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

A trajetória das práticas pedagógicas na educação artística no Brasil reflete as transformações sociais, políticas e culturais ocorridas no país. No período colonial, a educação artística estava limitada às atividades promovidas pela Igreja, onde a arte era principalmente vinculada à catequese e à construção de um imaginário religioso. O ensino das artes visuais era restrito às oficinas de artistas, onde mestres transmitiam seu conhecimento a aprendizes de maneira informal e prática (Camargo; Marandino, 2011).

Com a chegada da Missão Artística Francesa em 1816, iniciou-se uma nova fase na educação artística brasileira. A fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (hoje Escola de Belas Artes) em 1826 marcou o início de uma educação artística formal, alinhada aos modelos europeus, com ênfase no academicismo e nas técnicas tradicionais (Pimenta, 2017). Conforme argumenta Andrade e Arantes (2020), a arte era vista como um instrumento de civilização e progresso, e a prática pedagógica centrava-se na cópia de modelos clássicos e no desenvolvimento de habilidades técnicas.

No século XX, especialmente após a Semana de Arte Moderna de 1922, as práticas pedagógicas passaram por uma profunda transformação (Salomé, 2023). A valorização da criatividade, da expressão individual e da cultura popular começou a influenciar o ensino das artes, onde no Brasil tivemos como pano de fundo os educadores como Anísio Teixeira e Paulo Freire, que trouxeram contribuições significativas, defendendo uma educação voltada para a emancipação do indivíduo e para a valorização das culturas locais (Peixoto, 2003). Nas décadas seguintes, as pedagogias modernistas e construtivistas passaram a ganhar espaço, propondo um ensino das artes que fosse mais experimental e menos centrado nas tradições acadêmicas.

De acordo com Peixoto (2003), os movimentos artísticos e culturais desempenharam um papel crucial na reformulação das práticas pedagógicas na educação artística. A Semana de Arte Moderna de 1922, por exemplo, foi um marco que rompeu com o conservadorismo artístico e trouxe novas

perspectivas para a educação. Saviani (2002) pontua que, a partir desse evento, o modernismo passou a influenciar o ensino das artes, estimulando uma abordagem que valorizava a experimentação e a inovação.

Nos anos 1960 e 1970, o movimento da Tropicália e o concretismo impactaram as práticas pedagógicas ao introduzirem elementos da cultura popular e da arte contemporânea no ambiente escolar (Ribeiro, 2001). Esses movimentos desafiaram os padrões estéticos tradicionais e propuseram uma arte que dialogava diretamente com a realidade social e política do país. Barbosa (2015) observa que os educadores começaram a incorporar esses conceitos em suas práticas, promovendo atividades que incentivavam a reflexão crítica e a participação ativa dos alunos.

Mais recentemente, a educação artística tem sido influenciada pelas práticas da arte-educação e pela pedagogia crítica, que enfatizam o papel da arte como um meio de conscientização social e de transformação pessoal (Barbosa; Coutinho, 2011). Essas abordagens propõem uma educação artística que vai além da simples técnica, envolvendo os alunos em processos criativos que refletem sobre questões sociais, culturais e ambientais.

Diversos projetos e iniciativas se destacam como referências na educação artística brasileira, servindo de modelos para práticas pedagógicas inovadoras. Um exemplo notável é o Projeto Portinari, iniciado na década de 1970, que utilizou a obra do artista Cândido Portinari como ferramenta pedagógica para ensinar não apenas arte, mas também história, geografia e cidadania (Silva, 2015). O projeto integrava diversas disciplinas e promovia a educação artística de forma interdisciplinar, buscando engajar os alunos em atividades criativas e críticas.

Outro exemplo é o trabalho desenvolvido por Herbert Read, cujas ideias sobre a educação através da arte influenciaram a prática pedagógica em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil (Read, 2001). Read (2001) defendia que a arte deveria ser um elemento central na educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Suas propostas enfatizavam a importância da expressão individual e da criatividade no processo educativo.

Além disso, o Movimento Escolinhas de Arte, que começou nos anos 1950, foi fundamental para a democratização do ensino das artes no Brasil. Essas escolinhas, como a Escolinha de Arte do Brasil fundada por Augusto Rodrigues, promoviam uma educação artística acessível e voltada para a formação crítica e criativa das crianças e jovens (Camargo; Marandino, 2011). As metodologias utilizadas nestas escolinhas privilegiavam a experimentação, a descoberta e a valorização das expressões culturais locais, oferecendo uma alternativa às práticas mais tradicionais e formais.

4 PERSPECTIVAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA: TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A educação artística no Brasil tem passado por um processo de constante evolução e enfrentado diversos desafios ao longo do tempo (Arroyo, 2013). Esses desafios, muitas vezes, estão relacionados a problemas estruturais no país que dificultam o desenvolvimento dessa área essencial para a formação integral dos estudantes. A seguir, abordam-se esses desafios, os problemas estruturais, as políticas públicas voltadas para a educação artística, e as perspectivas futuras para essa área.

Historicamente, a educação artística no Brasil enfrentou a marginalização no currículo escolar, sendo tratada, muitas vezes, como uma disciplina secundária e não como um componente essencial da formação dos estudantes. Essa desvalorização tem raízes na visão utilitarista da educação, que prioriza disciplinas consideradas mais “práticas” ou “úteis” para o mercado de trabalho. Como resultado, as artes são frequentemente as primeiras a sofrer cortes em momentos de crises orçamentárias nas escolas (Kraemer, 2000).

Além disso, a formação dos professores de arte é um desafio recorrente. Apesar de avanços nas últimas décadas, ainda há uma carência significativa de professores qualificados em diversas regiões do Brasil, especialmente em áreas rurais e periféricas. A formação inicial e continuada de professores de arte muitas vezes não recebe o devido suporte, o que compromete a qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas (Santos, 2015).

A falta de infraestrutura nas escolas públicas brasileiras é um dos principais problemas estruturais que afetam a educação artística. Muitas instituições de ensino não possuem espaços adequados, como salas de arte, teatros ou ateliês, para a prática das atividades artísticas. Essa deficiência impede que os alunos tenham uma experiência completa e imersiva nas artes, limitando o potencial de desenvolvimento criativo e crítico dos estudantes (Fernandes, 2011).

Outro problema estrutural é a desigualdade regional. Enquanto algumas regiões metropolitanas possuem escolas bem equipadas e professores qualificados, outras, especialmente em regiões do interior, sofrem com a falta de recursos básicos, como materiais didáticos e equipamentos adequados para o ensino das artes (Barbosa, 2013). Essa disparidade resulta em um acesso desigual à educação artística, perpetuando as desigualdades educacionais no país.

A educação artística no Brasil passou a ganhar mais atenção no cenário das políticas públicas a partir da Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito à educação em todas as suas formas, incluindo as artes. A LDB de 1996 reforçou essa garantia ao incluir a arte como disciplina obrigatória no currículo da educação básica, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento integral dos estudantes (Brasil, 1996).

Mais recentemente, a BNCC de 2017 estabeleceu diretrizes para o ensino de arte em todas as etapas da educação básica, destacando a importância do desenvolvimento das competências artísticas

e culturais dos alunos. No entanto, apesar dessas conquistas legislativas, a implementação efetiva das políticas ainda enfrenta muitos desafios, como a falta de financiamento adequado e a resistência de alguns gestores escolares em priorizar a educação artística (Mendonça, 2018).

Os incentivos governamentais para projetos culturais e artísticos, como a Lei Rouanet, também desempenham um papel importante no fomento à educação artística. Contudo, a distribuição desigual dos recursos e o foco em grandes centros urbanos são pontos críticos que ainda precisam ser melhorados para garantir que todos os estudantes brasileiros tenham acesso a uma educação artística de qualidade (Montenegro, 2020). De acordo com Souza (2021), o futuro da educação artística no Brasil depende de uma série de fatores, incluindo a consolidação das políticas públicas já existentes, a melhoria da infraestrutura das escolas e a valorização dos profissionais da área. A tendência é que a educação artística ganhe maior relevância no currículo escolar, à medida que cresce a compreensão de que as artes são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades como a criatividade, o pensamento crítico e a empatia (Souza, 2021).

As novas tecnologias também prometem transformar a educação artística, oferecendo novas ferramentas para a criação e a fruição das artes. Plataformas digitais, realidade aumentada e inteligência artificial são alguns dos recursos que podem ampliar o alcance e a eficácia do ensino das artes, tornando-o mais acessível e atraente para os estudantes da era digital (Ferreira, 2022). No entanto, para que essas perspectivas se concretizem, é fundamental que haja um compromisso contínuo do poder público e da sociedade em geral com a valorização e o fortalecimento da educação artística. Para Arroyo (2013), somente através de uma abordagem integrada e sustentável será possível superar os desafios estruturais e garantir que todos os estudantes brasileiros tenham acesso ao pleno desenvolvimento artístico e cultural.

A incorporação de tecnologias digitais no ensino da arte está se tornando uma tendência cada vez mais consolidada a partir do uso de ferramentas como softwares de edição gráfica, plataformas de criação digital e recursos de realidade aumentada (RA) e realidade virtual (RV), que estão sendo cada vez mais utilizados nas salas de aula para enriquecer o aprendizado artístico (Silva, 2021). De acordo com Kerber e Martins (2020), essas ferramentas não apenas facilitam a experimentação e a criação artística, mas também promovem a interação e a colaboração entre os estudantes.

A cultura digital, que abrange a criação e a disseminação de conteúdos através de plataformas online, também influencia profundamente a educação artística. Segundo Silva (2021), a internet e as redes sociais têm democratizado o acesso à arte, permitindo que os estudantes não apenas consumam arte de várias partes do mundo, mas também compartilhem suas próprias criações com um público global. Essa democratização tem o potencial de transformar a sala de aula em um espaço de intercâmbio cultural e de ampliação das vozes criativas. Ademais, o uso de plataformas de e-learning e MOOCs (Massive Open Online Courses) tem possibilitado o acesso a conteúdos de alta qualidade

para uma ampla audiência, promovendo o ensino artístico em contextos onde antes não havia recursos suficientes (Silva, 2021).

Por outro lado, a adaptação da educação artística às novas tecnologias oferece oportunidades para reimaginar o ensino e a aprendizagem na área através do uso criativo das tecnologias, é possível engajar os estudantes de maneiras mais significativas e relevantes para suas realidades contemporâneas, preparando-os para um mundo onde a arte e a tecnologia estão cada vez mais interconectadas (Carvalho; Santos, 2022). Conforme apontado por Pereira (2023), o desafio para os educadores será equilibrar o uso das tecnologias com a preservação das tradições e técnicas artísticas que formam a base da educação artística. Isso requer um pensamento crítico sobre como as tecnologias podem ser usadas de maneira a enriquecer, e não substituir, as experiências educativas dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação artística no Brasil revela um campo marcado por desafios estruturais, desvalorização e uma trajetória de marginalização no contexto educacional. No entanto, ao longo do tempo, políticas públicas e reformas educacionais têm contribuído para a consolidação da arte como um componente essencial na formação integral dos estudantes. Este estudo permitiu identificar e refletir sobre os principais marcos, desafios e avanços que moldaram a educação artística no país.

A revisão bibliográfica evidenciou que a educação artística no Brasil tem enfrentado uma série de obstáculos, desde a falta de infraestrutura adequada até a carência de professores qualificados. Estes problemas são agravados por desigualdades regionais que limitam o acesso à educação artística de qualidade, principalmente nas regiões mais periféricas do país.

As políticas públicas, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, representaram avanços significativos ao reconhecer a arte como disciplina obrigatória e essencial na educação básica. No entanto, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios, como a insuficiência de recursos financeiros e a resistência em priorizar o ensino das artes.

Apesar desses desafios, a tendência atual é de uma maior valorização da educação artística, impulsionada por novas diretrizes curriculares e pela incorporação de tecnologias que ampliam as possibilidades de ensino e aprendizagem. A integração da educação artística com outras disciplinas e a promoção de competências socioemocionais são aspectos que reforçam a importância da arte na formação dos estudantes.

As políticas e práticas históricas em torno da educação artística no Brasil continuam a influenciar o cenário educacional contemporâneo. A inclusão da arte no currículo escolar como uma disciplina obrigatória é um reflexo das lutas e conquistas do passado, que buscaram garantir o direito ao acesso à cultura e à expressão artística para todos os estudantes.



Entretanto, a trajetória histórica também nos ensina sobre a necessidade de uma vigilância constante para que os direitos conquistados não sejam ameaçados. As práticas pedagógicas em educação artística, que evoluíram ao longo do tempo, precisam continuar se adaptando às novas realidades sociais, culturais e tecnológicas, sem perder de vista a essência do ensino das artes: o desenvolvimento da criatividade, do pensamento crítico e da sensibilidade dos alunos.

Para aprofundar a compreensão sobre a educação artística no Brasil, futuros estudos poderiam explorar: (a) Análise Comparativa Regional, para investigar as disparidades regionais na implementação das políticas públicas de educação artística, identificando os fatores que contribuem para essas diferenças e propondo soluções para uma maior equidade no acesso. (b) Impacto das Tecnologias na Educação Artística, para examinar como as novas tecnologias, como realidade virtual e inteligência artificial, estão transformando as práticas pedagógicas em educação artística e quais são os desafios e oportunidades associados a essas inovações. (c) Formação Continuada de Professores, a fim de avaliar programas de formação continuada para professores de arte, com o objetivo de identificar práticas exitosas e lacunas que ainda precisam ser preenchidas para melhorar a qualidade do ensino das artes no Brasil. (e) Educação Artística e Desenvolvimento Socioemocional, buscando explorar a relação entre a educação artística e o desenvolvimento das competências socioemocionais dos alunos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Darlene Queiroz; ARANTES, Adriana Rocha Vilela. A história do ensino da arte no Brasil: tendências e concepções. *Revista de Magistro de Filosofia*, n.9, p. 107-120, 2020. Disponível em <https://catolicadeanapolis.edu.br/revistamagistro/wpcontent/uploads/2016/09/a-hist%C3%B3ria-do-ensino-da-arte-no-brasil-tend%C3%A2nciase-concep%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- ARROYO, Miguel G. Experiências de Inovação Educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. (org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013, p. 131 – 164
- BARBOSA, Ana Mae. *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BARBOSA, Ana Mae. *Redesenhando o desenho: educadores, políticas e história*. São Paulo: Cortez, 2015.
- BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão. *Ensino da arte no Brasil: aspectos históricos e metodológicos*. São Paulo: Unesp/Redefor, 2011.
- BRAGA, Vera Lúcia Alves. *História da Educação Artística no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2019.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 06 ago. 2024
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 6 ago. 2024.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.
- CAMARGO, Elza; MARANDINO, Martha. *Educação e artes visuais: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- CARVALHO, M. A.; SANTOS, P. R. Desafios e oportunidades da educação artística na era digital. *Revista de Educação e Tecnologia*, v. 12, n. 3, p. 45-59, 2022.
- FERNANDES, Rogério. Infraestrutura escolar e desigualdade educacional no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 1075-1098, 2011.
- FERREIRA, Antonio. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: MEC, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FUSARI, Maria F. C. *Arte na Educação Escolar: Desafios e Possibilidades*. São Paulo: Edusp, 2009.



- GUSMÃO, Thiago. O Movimento Escolinha de Arte e a Educação Artística no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- KERBER, C.; MARTINS, R. L. Realidade aumentada e virtual no ensino de arte: potencialidades e desafios. *Educação e Sociedade Digital*, v. 8, n. 2, p. 123-139, 2020.
- KRAEMER, Roberta. A marginalização da educação artística no Brasil. *Revista de Educação*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 45-57, 2000.
- MENDONÇA, Marília. Desafios da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação artística. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, p. 1-18, 2018.
- MONTENEGRO, Luís. Políticas públicas e educação artística: uma análise da Lei Rouanet e seus impactos na educação básica. *Cadernos de Políticas Culturais*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 123-138, 2020.
- NOGUEIRA, Dulce Maria. A educação artística no Brasil: uma abordagem histórica. Campinas: Papirus, 2006.
- PEIXOTO, M. I. H. Arte e grande público: a distância a ser extinta. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- PEREIRA, J. L. O futuro da educação artística: perspectivas tecnológicas. *Arte, Cultura e Educação*, v. 15, n. 1, p. 31-46, 2023.
- PIMENTEL, Lucia Gouvêa. Ontens e hojes não fazem um amanhã: aprendizagens resistentes em Artes Visuais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 22., 2017, Campinas-SP. Anais [...]. Campinas: ANPAP 2017. Disponível em: <http://anpap.org.br/anais/2017/>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- READ, Herbert. A educação pela arte. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RIBEIRO, M.L.S. História da educação brasileira: a organização escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2001
- SALOMÉ, Josélia S. O ensino da Arte na perspectiva histórico-crítica de Educação: a humanização dos sentidos. Curitiba: Universidade Tuiuiú do Paraná, 2023. 139 p.
- SANTOS, Gisele. Formação de professores de arte: desafios e perspectivas. *Revista Arte na Escola*, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 87-102, 2015.
- SAVIANI, D. Educação brasileira: problemas. In: SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 14 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002
- SILVA, Ricardo. A arte na escola: propostas pedagógicas e desafios. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.
- SILVA, F. N. Educação artística na era da cultura digital: novas possibilidades e desafios. *Caderno de Estudos Culturais*, v. 10, n. 4, p. 78-92, 2021.
- SOUZA, Maria Clara. A importância da educação artística na formação do indivíduo. *Revista de Educação Contemporânea*, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 321-336, 2021.